

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2025

Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. -----
 Dos trinta e cinco membros que a compõem, esteve ausente justificadamente: Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão, Luís Pedro Gonçalves Maximino; Alexandre Monteiro Alves, substituído por Sandra Patrícia Madeira; Carlos Manuel Veiga e Cláudia Sofia Pinto Morais. E injustificadamente Renato Luís de Araújo Forte Sampaio; Mário André Soares Gonzaga; João Pedro Bastos Silva e Mariana Mateus de Barros Henrique. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, José Rodrigues Paredes, e os Senhores Vereadores Sónia Pires, Mafalda Mendes e Carlos Magalhães. -----

A sessão foi iniciada pelo Senhor Presidente da Mesa, Mário Vaz, e secretariada pelas Senhoras Secretárias Maria de Lurdes Nunes e Eliana Leal Cardoso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão, quando eram catorze horas e trinta minutos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

P O N T O S	ORDEM DO DIA	Deliberação			
		Apreciação	Conhecimento	Aprovação	Ratificação
1	Exposição do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.	X	X		
2	Presente o relatório anual de auditoria de 2024.	X	X		
3	Presente a Conta de Gerência referente ao ano económico de 2024.	X		X	
4	Presente informação referente à 14.ª alteração aos Documentos Previsionais de 2025 – modificativa.		X		
5	Presente informação referente à 15.ª alteração aos Documentos Previsionais de 2025 – modificativa.	X		X	
6	Presente informação propondo a aprovação da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) de Favaios e Sanfins do Douro e dos respetivos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU).	X		X	
7	Presente informação referente ao concurso internacional para contratualização do serviço público de transportes de passageiros a ser promovido pela Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO).	X		X	

PRESIDENTE DA MESA: Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais e o público presente a acompanhar esta reunião ordinária da Assembleia Municipal. -----



Comunicaram as ausências os Senhores Deputados Denisa Cláudia Sampaio Correia Esteves de Sousa Simão, Luís Pedro Gonçalves Maximino; Alexandre Monteiro Alves; Carlos Manuel Veiga e Cláudia Sofia Pinto Morais. -----

PRESIDENTE DA MESA: Temos hoje aqui na nossa sessão de trabalhos alunos do 12º ano do Agrupamento de Escolas D. Sancho II, acompanhados pela professora Ana Alonso, a quem dou as boas-vindas e desejo que consigam tirar bons ensinamentos desta sessão. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025**-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, não havendo inscrições.---- Coloca a Ata da sessão ordinária de vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e cinco para aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de intervenções antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Rui Lopes, Manuela Alves, João Cruz, Aurelina Pereira e Toni Afonso. -----

Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Lopes.-----

RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. É com agrado que vejo alunos na assistência. É sempre importante conhecerem os órgãos e a forma de funcionamento dos mesmos.-----

Eu queria começar por abordar as celebrações do 25 de abril e verificar que nesse dia começou a campanha autárquica, a campanha legislativa ou pré-campanha. As pessoas têm de aproveitar quando têm palco. Não critico a forma, critico o método, mas está tudo bem. Mas agora temos um problema. É que as pessoas têm de ser justas e dirijo-me especificamente ao Senhor Deputado e ao Senhor Presidente de Junta de Vila Chã, António Fernandes. De facto, não sei se já verificou que o auditório está a funcionar. Aconselhava-o, se calhar, a visitar o site do Município e a procurar também a agenda em formato papel. Tem havido algumas iniciativas nesse mesmo auditório que está de novo a funcionar em pleno. Se calhar, com outro executivo, e depois destas obras de monta, faríamos uma reinauguração ou se calhar uma reabertura, com pompa e circunstância. Se calhar convidaríamos um Secretário de Estado ou um Ministro. Não que não tenhamos um Executivo capaz de o fazer, mas não. O equipamento foi reparado, houve intervenções e está a funcionar. Portanto, é importante que as pessoas tenham noção, às vezes, das coisas que dizem para depois não caírem no ridículo. É uma chatice, porque chegámos lá e afinal as coisas estão a funcionar. É chato. Para mim, não. -----

Além disso, tivemos a inauguração do Museu do Azeite, no Castedo. Também li e ouvi dizer que foi uma inauguração de porta fechada. A porta estava encostada, não estava escancarada, mas estava encostada. Não sei se era por causa do vento ou por causa do frio, mas havia acesso a toda a gente. Era só rodar a chave. Não estava lá ninguém a dizer que não se podia entrar. Não estava lá nenhum letreiro a dizer fechado. Eu ouvi para aí dizer que foi uma inauguração de porta fechada. Coisa estranha. -----

Depois também posso tecer considerações a nível nacional, já que estamos em tempo de campanha. Tivemos um apagão a nível ibérico. Houve aqui uma crítica muito grande do principal partido de oposição, que diz que não havia comunicação. De facto, as rádios estavam a funcionar, mas a maior parte das pessoas, se calhar, também não teve acesso a essa comunicação porque não tinha pilhas em casa. Já não tinha bateria nos telemóveis. Mas o que eu ouvi foi o Primeiro-ministro dizer que, em meia dúzia de horas, estaria a reposta total, ou pelo menos nos principais centros, a energia elétrica. Cá vem mais uma vez a bipolaridade do partido da oposição, quer seja local como central. Não nos podemos esquecer que nós éramos exportadores de energia elétrica e - agora vou utilizar um termo utilizado há uns tempos aqui nesta Assembleia - transformamo-nos em “ecoparolos” e fechamos termoelétricas. Ficamos dependentes do fornecimento ou de 30% do fornecimento de energia elétrica por parte da Espanha e França, onde compramos energia que é gerada pelo nuclear e por termoelétricas menos eficientes do que as que tínhamos. Sines foi fechada e era das mais eficientes centrais de carvão termoelétricas da Península Ibérica e quiçá da Europa. Portanto, este tipo de bipolaridade é chocante, tanto a nível local, como a nível central.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves.-----

MANUELA ALVES (PS): Cumprimenta os presentes. Cumprimento, de forma muito especial e particular, os alunos do Agrupamento de Escolas D. Sancho II. Espero que tirem algum proveito nesta sessão e que, de facto, percebam como é que se pode vir a existir, no futuro, o vosso direito à cidadania.-----

Depois disto, e já que começámos aqui a ouvir algo relacionado com pré-campanha, eu queria também trazer aqui este assunto. Como sabemos, decorreu há pouco tempo a inauguração do Museu do Azeite, no Castedo. Do que sei, e se estou bem informada, parece-me que aquele local estará encerrado. Portanto, foi inaugurado mas, para já, não está a prestar qualquer serviço à comunidade. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara depois nos explicasse um pouco melhor.-----

Já agora, se é para falar de pré-campanha, gostaria também de saber a que título é que foi convidado o Sr. Coronel Leal. Que eu saiba, não representa nenhuma instituição, nenhuma associação do Concelho e também esteve nessa inauguração. Portanto, se vamos falar de pré-campanha, aqui estamos nós a falar de pré-campanha.-----

Além deste assunto, há outro que me incomoda e que me tem envergonhado ao longo dos últimos tempos. Como sabemos, somos inundados pelas redes sociais e nós não podemos alhear-nos disso. Sem querermos e sem fazermos nada para o efeito, caem-nos constantemente notícias. São elas que vêm ter até nós, sem nós fazermos qualquer coisa na sua pesquisa. O que nos veio aí e que nos inundou ao longo de algum tempo, até que fosse bloqueado esse site, que se chamava "Pré-campanha Alijó", são coisas que devem fazer-nos pensar. Antes de mais, referia-se à forma desastrosa como têm decorrido os procedimentos concursais para esta Câmara. Procedimentos que, segundo as redes, não tinham critérios e violavam grosseiramente as regras da imparcialidade, os princípios da imparcialidade, o que levava a que fossem admitidas, como todos sabemos, quase famílias inteiras, que estão também algumas delas aqui representadas, desde logo na secretária desta Assembleia, na figura da Sra. Presidente da Junta de Freguesia e também relacionado



com o Técnico Jorge Laiginhas. Isto foi divulgado nas redes sociais e, portanto, através destes mecanismos de uma falta de transparência e de isenção, chegámos ao ponto de haver admissibilidade de quase famílias inteiras ou muitos membros da mesma família, o que parece que deve levar-nos a refletir. Porquê? Porque o Presidente da Câmara é eleito, como todos sabemos, através de um partido ou de uma coligação, mas a partir do momento em que ele é eleito, ele tem de ser o Presidente de todos. Os munícipes são todos aqueles que residem e que têm aqui a sua vida habitual neste Concelho. Portanto, não pode vir a governar para um grupo restrito, nem gerar aqui e alimentar clientelas. Isso não é compatível com os princípios democráticos, nem é esse o Concelho onde nós devemos querer viver. -----

Depois, temos aqui uma outra situação que também foi veiculada nas redes sociais e que se prende com a situação de acumulação de um funcionário desta Câmara com a sua vida privada. Gostaríamos de saber, e era o que lá se indiciava, a que título é que falta e a que título é que esse funcionário justifica as suas faltas, de forma que não incorra em princípios de ilegalidade. -----

Eu não acompanho este registo de denúncia, uma vez que preferia muito mais que as pessoas tivessem a coragem e a frontalidade de vir aqui a esta Câmara dizer o que pensam e poder exercer-se aqui o direito do contraditório, porque o Senhor Presidente podia lhe responder. Não é sob a capa do anonimato que devemos dizer e divulgar o que pensamos. É dizê-lo de caras e com frontalidade aqui, como estou agora a fazê-lo, com todas as inerentes consequências que isso pode trazer. Portanto, não concordando com isso, nós não podemos alhear-nos disso. Isso é, infelizmente, uma realidade. -----

Além disso, em matéria de educação e do desporto, o que eu queria aqui dizer é o seguinte: toda a gente sabe, quando passa naquele pavilhão gimnodesportivo, o estado degradado em que ele se encontra. Quem vai a uma aula de pilates ou de outra dessa natureza relacionada ali com aquelas instalações que ficam no jardim junto da piscina, sabe a falta de higiene e de limpeza a que assistimos naquelas salas. Eu já lá estive e é uma falta de higiene, não sei como é que isso se justifica. -----

Depois, não há um vigilante e eu tenho amigas que recorrem muitas vezes à piscina de forma livre. Eu não sei como é possível funcionar uma piscina e não haver uma pessoa a vigiar. As pessoas de forma livre e por iniciativa própria querem praticar esse desporto. Se acontece alguma coisa, como é que vão responder a isto? Gostaria de saber. -----

Ainda em termos de educação, gostaria de questionar aqui diretamente - porque isto é público - como é que é possível que haja uma instituição de Educação Pré-escolar em Vilarinho de Cotas que abriu este ano com duas crianças. Eu repito, duas crianças. Isto é olhar para o superior interesse das crianças? As orientações curriculares para a educação pré-escolar conseguem ser atingidas e os objetivos que neles estão plasmados com um grupo tão restrito a que estão alocadas uma funcionária e uma educadora? -----

Mas isto é compaginável com a educação que queremos dar às nossas crianças? Depois falta o dinheiro para outras coisas, não é? -----

O Senhor Presidente invocou a coesão territorial no último discurso que fez no 25 de abril. Quando fala a nível do país, temos de olhar também para a nossa região. Aqui no interior, nós temos interiores dentro de interiores. Onde é que são feitos os

investimentos desta autarquia? Onde é que está o serviço de abastecimento de água ao domicílio da zona do Freixo? Já aqui trouxe este assunto logo no início do mandato. Que eu saiba, e passei lá este último domingo, continuam as pessoas a não ser abastecidas por uma rede de abastecimento público e a não ter saneamento. O que é que se faz pelas pessoas de Souto Escarão? Estive lá e gostaria de saber que investimentos foram feitos na zona norte do Concelho. E a recolha dos grandes lixos que eu trouxe aqui ao Senhor Presidente? Foi-me aqui respondido na data que aquilo se devia à falta de cidadania das pessoas de Carlão. Não, Senhor Presidente. Eu já recorri a este serviço e demorava um mês e tal a ser-me prestado este serviço. Isto não é compaginável. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

JOÃO CRUZ (PS): Cumprimenta os presentes. Deixo um cumprimento extensivo à Senhora Professora e Alunos, a quem felicito por terem vindo aqui hoje a esta sessão. Espero que tirem muito proveito. -----

Queria começar por perguntar ao Senhor Presidente se já pensaram no caso do Miradouro de São Mamede, que continua a ter uma afluência grande de público. Acontece que já ouvi várias pessoas a dizer que era necessário fazer uma casa de banho naquele sítio para dar resposta ao fluxo de gente que passa lá. Está alguma coisa em calha? Já se falou sobre isso? Não sei se têm alguma ideia e se veem pertinência na construção dessa infraestruturas. -----

Na sequência também daquilo que disse o camarada Rui Lopes que, na última sessão, veio aqui dizer que estava tudo bem na Casa do Douro e que as coisas estavam a correr lindamente. Eu quero dizer que já há muita preocupação nos viticultores aqui da região do Douro. Já há pessoas, como se costuma dizer com as calças na mão, porque receberam cartas e avisos das entidades a quem fornecem as uvas que na próxima campanha já não as receberem. Por incompetência e inação da direção da Casa do Douro, que pouco fez ou nada fez, aproxima-se aí um ano de vindimas muito problemático e, do ponto de vista social, muito complicado, uma vez que a maioria de ativos que trabalham na nossa região são pessoas ligadas à agricultura e, particularmente, à viticultura. Vamos ter de nos preparar com uma crise no comércio das uvas, com especulação das grandes casas e com um boicote também dessas próprias casas. Eu aproveitava para perguntar institucionalmente ao Senhor Presidente da Câmara se, a nível da CIM Douro, que é o organismo regional que pode fazer alguma coisa pelos viticultores, já foi discutido e já foi feita alguma coisa para atalhar a esta crise que se aproxima no Douro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Senhora Deputada Aurelina Pereira. -----

AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. Quero dar as boas-vindas aos alunos do Secundário, que sejam bem-vindos à Casa da Democracia. -----

A minha intervenção vai ser uma intervenção muito rápida. Quero só salientar aqui as celebrações do 25 de abril. Foram umas celebrações singelas e simples, como sempre, mas de grande importância para todos nós. Foi o dia em que foi reposta a democracia e nos trouxe a liberdade. Portanto, acho que é um dia muito importante e que é relevante a sua celebração. -----

Quero falar também aqui da celebração do Dia Mundial da Dança que aconteceu ontem. A Senhora Deputada Manuela Alves falou aqui de tantas coisas sobre aquela

tal suposta página que, entretanto, deixou de existir e que também falava que o Município tinha gastado cerca de 30 mil euros para a celebração deste dia. Pois eu digo-vos aqui que não há dinheiro que pague a alegria que nós vimos ontem no rosto dos nossos idosos. Não há dinheiro que pague. A Senhora Deputada contradiz-se muitas vezes. Primeiro, vem dizer que é uma página que é oculta, que não se sabe quem está por trás e que não devemos dar grande importância. Mas o que acontece é que traz aqui os assuntos. Como eu fui visada, não tenho culpa de ser Presidente Junta e acho que o meu filho não tem culpa de ser filho da Presidente de Junta e acho que tem todo o direito a concorrer, como qualquer cidadão, a um concurso público e a um concurso transparente. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Deputado Toni Afonso. -----

TONI AFONSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimenta os presentes. Felicito também o Agrupamento por estar aqui hoje presente. Espero que tirem boas notas hoje para depois terem no final do ano umas melhores. -----

Vou começar pelo assunto com que a minha colega Aurelina terminou. É de lamentar que um membro desta Assembleia se venha a socorrer de falsas informações e de pessoas que se escondem atrás de um ecrã para vir tirar satisfações ao Senhor Presidente da Câmara. De facto, é lamentável uma página que só foi para dizer mal, praticamente, escondeu-se, desapareceu, não sei qual foi o motivo, nem me interessa. Acho que devemos nos munir de informação válida para irmos para aqui debater. Agora, informação que eu considero inválida e muito má, acho que não é pertinente. -----

Também quero informá-la, porque pelos vistos segue as redes sociais, mas não segue da devida forma, que o Museu do Azeite tem um horário de atendimento que foi publicado na página do Município. Não sei se está a par que está aberto. -----

Depois, visitou duas aldeias da minha freguesia, que conheço perfeitamente. Falou logo de duas aldeias em que tem razão em parte, mas outra não tem. O Freixo é enorme e é conhecido pelo Freixo Velho e Freixo Novo. O chamado Freixo Velho tem saneamento e tem água da rede. O Freixo Novo, que fica junto à Estada Nacional, saneamento já tem e já foram ligadas algumas redes de saneamento e prevemos que, em breve, a água chegue a todas as casas. A água, como viu, também já estão a tratar disso. Portanto, não vejo aqui algum tipo de indignação perante o Freixo. Em Souto Escarão, também poderia ter visto que foram investidos cerca de 250 e mil euros, no anterior mandato, nomeadamente em saneamento e em arranjos de estradas, que foi terminado neste mandato. -----

Voltando outra vez a essa famosa página, falou também da nossa ida à Quinta da Malafaia. Devo dizer que se consideram isto um momento eleitoralista também poderiam considerar quando as IPSS vão fazer os passeios de final do ano com o Município, por exemplo, quando vão assistir a concertos no Auditório, por exemplo. Há muitas atividades que são feitas no Município às quais não estão atentos e, principalmente, com os idosos. -----

Falou-se aqui de um possível convite a um Coronel, mas ontem na Quinta da Malafaia também vi uma pessoa, que por acaso acho que vai ser do vosso partido, que esteve a ocupar o lugar de um idoso na Quinta da Malafaia. Disso não sabe, mas vai inteirar-se então. Portanto, acho que é de muito mau tom aproveitar-nos destas atividades promovidas pela Câmara Municipal para atos eleitoralistas e o Senhor António

Fernandes saberá bem de quem é que eu estou a falar e irá depois conversar com a sua colega de bancada. Só sabe da “pré-campanha”, destas coisas não sabe. A “pré-campanha”, de facto, é uma página muito válida e credível. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Deputado António Fernandes. -----

ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimenta os presentes. -----

Não posso deixar de felicitar os alunos e a Senhora Professora que os cá trouxe e lamento que tenha sido falado o que falaram. A começar pela primeira intervenção, muito pouco falou do que interessa ao Município e às pessoas do Município. Tenho pena que eu tenha levantado o braço duas vezes e que chamem uma pessoa para a Mesa que olha para o lado e nem sequer chama a atenção do Senhor Presidente de que há alguém que quer dizer alguma coisa. Assim, Senhor Presidente, não vamos lá.

PRESIDENTE DA MESA: Se a Secretária não teve atenção ao facto de ter levantado o braço, o Senhor chamava-me a atenção a mim. Não o fez e, se calhar, por algum motivo terá sido. -----

ANTÓNIO FERNANDES (PS): Reconheço que o Senhor Presidente não viu, mas eu vi a outra atitude. -----

Vamos ao que interessa então. Lamento que uma pessoa que esteve aqui a fazer uma intervenção no 25 de abril - e é a isso que estou a responder - tenha vindo a este palanque e não tenha dito quase nada e agora ainda se venha referir às intervenções dos outros Deputados que falaram de assuntos de interesse e que se passam no nosso Concelho, que é isso que interessa e é para isso que servem estas Assembleias. Lamento que assim seja. É sempre a mesma coisa. Agarram-se a coisas pequeninas e quem o faz é porque não tem outros argumentos e deturpam aquilo que eu disse. Aquilo que eu disse foi que o Auditório - e tenho direito à minha opinião - não está a servir para os fins para que foi criado. É totalmente diferente do que disse o Senhor Deputado Rui Lopes. -----

Depois houve mais pessoas que fizeram alusão ao Senhor Fernandes. Eu queria dizer que tudo serve para fazer política para algumas pessoas, mas para mim não. É verdade que em conversa com alguém foi dito que íamos para a Malafaia e que ia muita gente. Essa pessoa disse duas coisas. Primeiro, se eu pudesse entrar, eu entrava, porque também é cidadã do Concelho. Até já dizem que vai ser concorrente quando não é nada. Essa pessoa não só se disponibilizou a pagar o seu bilhete, como foi em transporte próprio e não foi à pala de ninguém, nem era necessário vir aqui enxovalhar ninguém por uma coisa de nada. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá novamente a palavra ao Senhor Deputado Rui Lopes. -----

RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): É por isso que estamos num país que recuperou a liberdade no dia 25 de abril de 1974 e confirmada a 25 de novembro de 1975. Temos direito a opinião e não posso admitir delito de opinião. Eu posso, na minha liberdade, enquanto cidadão, enquanto Deputado desta Assembleia, emitir a opinião que tenho. Não desrespeitei em momento algum o Senhor Deputado Fernandes. -----

Depois, em relação à resposta ao Senhor Deputado João, leia a Ata da sessão anterior. Está lá a resposta e veja aquilo que eu lhe respondi. A Casa do Douro, com este modelo, não serve os agricultores. Foi a Esquerda que votou esta Casa do Douro e este regulamento da Casa do Douro e são saudosistas. Eu não percebo. Obrigatoriedade de inscrição? São saudosistas. A Casa do Douro foi criada no tempo



do Estado Novo. Vocês recuperaram. Saudosistas. Eu, um pequeno agricultor, sou obrigado a contribuir para a Casa do Douro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá novamente a palavra ao Senhor Deputado João Cruz. -----

JOÃO CRUZ (PS): Faço minhas as palavras do Senhor Deputado António Fernandes. Devíamos estar a discutir coisas concretas que dizem respeito às pessoas. Agora estar a discutir a constitucionalidade ou não constitucionalidade da Casa do Douro? Ainda por cima, está a dizer que a inscrição é obrigatória. É obrigatória porque o Tribunal Constitucional decidiu entender que era obrigatória. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

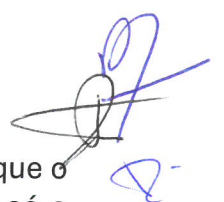
PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimenta os presentes. Dou as boas-vindas também à Senhora Professora Ana Alonso e aos alunos do 12º ano. Espero que, efetivamente, tirem daqui alguma informação que lhes possa ser útil. Muito obrigado pela vossa presença. -----

Vou procurar responder às questões que aqui foram levantadas. Não sei se serei capaz, porque são deveras complicadas de responder. De facto, o papel de um Presidente de Câmara, neste lugar onde eu estou, não é propriamente fazer perguntas, é responder às perguntas, mas permitam-me que comece com uma pergunta. Neste caso, eu dirijo-me ao Senhor Deputado Rui Lopes. Eu gostaria que ele nos explicasse durante esta Assembleia - e se possível neste período antes da Ordem - o que é que ele entende por funcionários do Partido, porque eu não vejo aqui nenhum. Suponho que tenha sido um lapso, mas quis esclarecer para não ficarem dúvidas. -----

Senhora Deputada Manuela Alves, relativamente ao Museu do Castedo, quero informá-la que um mês após a sua inauguração já recebeu, até à data, cerca de 350 pessoas que visitaram aquele espaço. Efetivamente, esteve fechado uma semana após a inauguração, porque era preciso promover ali algumas ações, designadamente de higienização, a seguir à inauguração. Queríamos também formalizar o protocolo que queremos estabelecer e que ainda não foi possível, infelizmente, com operadores do nosso Concelho, designadamente da área de hotelaria e restauração, para o uso daquele equipamento. -----

Relativamente a uma página ou um pasquim que aí andou, que eu considero o exemplo acabado da cobardia política e não só, porque eu gostava que me dissessem as coisas olhos nos olhos, por exemplo, aqui onde eu pudesse defender-me e responder. Mas, preferem privilegiar o anonimato e a cobardia, mas acabaram por fechar a página. Como deve ser do vosso conhecimento, na última reunião de Câmara Municipal, foi deliberado apresentar a questão no Ministério Público, que já foi apresentada. Foi apresentada precisamente no dia em que, por mera coincidência, julgo eu, desapareceu e deixou de existir. De facto, está apresentada uma queixa no Ministério Público, porque me envergonhou - e julgo que envergonha o Município - tanta barbaridade, tanta asneira, tanta cobardia que ali circulou durante o pouco de tempo de vida daquela página. Mais não digo, porque não quero comprometer futuras investigações. -----

Relativamente ao pavilhão desportivo e ao seu estado de conservação, não está cinco estrelas. Com certeza, não terá visitado o pavilhão, recentemente. Algumas das patologias que ali se verificam, já têm algum tempo. Quero dizer-lhe que, no âmbito do projeto que a Câmara apresentou para a reabilitação de toda a escola, está



também incluída a reabilitação do pavilhão gimnodesportivo. Estamos à espera que o aprovelem para que possamos entrar em obra para a sua reabilitação total, que só o pavilhão se cifra em cerca de 800 mil euros.-----

Relativamente à limpeza das piscinas, é uma questão que preocupa. Já tive a oportunidade de chamar a atenção aos serviços técnicos. Vou insistir, porque não tolero que isto possa continuar de todo. A higiene e a limpeza são absolutamente fundamentais para que as pessoas possam fruir convenientemente daquele equipamento.-----

Relativamente ao funcionamento do Jardim de Infância de Vilarinho de Cotas, quero dizer-lhe que eu não serei o coveiro daquele Jardim de Infância. Não o fecharei. Enquanto tiver um aluno só que seja, não o fecharei, porque acho que o investimento na Educação é o melhor investimento que a Câmara pode fazer. Aliás, a proposta de Carta Educativa que está para parecer da DGEstE, já há algum tempo, recomenda a manutenção daquele espaço em funcionamento.-----

Falou em coesão territorial e o Senhor Presidente da Junta falou aqui no Freixo Novo e Freixo Velho. Há algumas imprecisões que foram aqui ditas, com as quais eu não concordo. Sobre Souto Escarão, tenho pena que só agora tenha visitado, provavelmente em fase já de pré-campanha, e que não esteja a par do investimento que ali se fez nos dois mandatos em que sou Presidente da Câmara, designadamente ao nível de pavimentações e arruamentos, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais domésticas de última geração. Não vou aqui descrever o estado em que aquilo estava e que nós herdámos. Infelizmente, o estado de toda aquela freguesia em termos de tratamentos de esgotos era absolutamente indescritível, mas agora tem um equipamento de última geração. Portanto, vários investimentos foram feitos, não só naquela terra, como na freguesia de Vila Verde. É verdade que a freguesia de Vila Verde tem oito núcleos urbanos e ainda não conseguimos chegar a todos com a força que gostaríamos de chegar.-----

Relativamente aos monstros e à recolha de monstros, obviamente que a empresa que está contratualizada para a recolha deste equipamento nem sempre responde com a celeridade possível, por várias razões. Também assumo aqui alguma culpa, eventualmente, dos serviços municipais, que poderão não céleres a comunicar à empresa o local de deposição desses monstros para que aconteça a recolha. Quero sublinhar que o Município já apresentou uma candidatura a fundos comunitários de 820 mil euros, se a memória não me falha, para a construção do nosso ecocentro, que dará resposta a este problema de vez.-----

A Senhora Deputada Manuela Alves falou ainda do caso de um funcionário que estará com acumulação de funções e que estará a dar faltas. Não sei se terá sido exatamente assim que o disse, mas foi a nota que tirei. Ora bem, este funcionário está com acumulação de funções. Essa situação está perfeitamente informada pelos serviços administrativos e está, por mim, autorizada. As funções que ele desenvolve extra-funções municipais não colidem com as funções que desempenha no Município. Relativamente à questão das faltas, se é verdade que ele dá faltas, pois tem os superiores dele, designadamente o Chefe de Divisão, que deve pugnar para que isso não aconteça.-----

Senhor Deputado João Cruz, sobre a Casa do Douro e o que tem feito a Câmara para responder à crise que se avizinha, eu não falaria já em crise. É uma tendência nossa,

não sei se por ser lusitanos, mas ainda a tempestade vem para lá do Marão e já estamos todos assustados. Eu acho que se deve falar do problema, mas com moderação e com bom senso. É verdade que algumas das empresas que normalmente recolhem ou compram as uvas terão endereçado cartas aos seus fornecedores onde dizem que, na próxima campanha, não receberão uvas. São dois ou três exemplos, não são mais do que isso. Lamento que um dos exemplos tenha aqui uma grande adega no nosso Concelho, que beneficiou muito do empenho do Município, e que agora esteja a recusar a receção de uvas na próxima campanha. -----
O meu papel, enquanto autarca, é alertar a tutela para o efeito. Não sei se está a par, mas o Ministro da Agricultura está a ponderar seriamente a possibilidade de, na medida do possível, toda a aguardente que venha a ser usada na fortificação dos mostos seja obtida a partir de vinhos da região destilados. É uma grande medida que há muito é reivindicada e se assim for, seja ou não seja suficiente, será, sem dúvida alguma, uma medida que permitirá resolver em grande medida este problema e esta crise que tende, efetivamente, a aprofundar-se. Eu não sou fatalista e sou uma pessoa positiva. Estou em crer que vamos ser capazes de ultrapassar, como já fomos no passado, em outras crises, quiçá ainda mais profundas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados e as respostas pelo Senhor Presidente da Câmara, é aberto o período de inscrições do público, tendo-se inscrito o munícipe André Pinto.-----

ANDRÉ PINTO (PÚBLICO): Cumprimenta os presentes. -----
Queria, em nome do Executivo, dar uma palavra de agradecimento e dar os parabéns pela inauguração e pelo funcionamento do Centro Interpretativo D'Olival ao Azeite D'Ouro. É uma mais-valia para a nossa freguesia, sem dúvida. Todos os dias, temos inúmeros visitantes. Só quem está por lá consegue aperceber-se da importância que vai ter e já tem para o turismo local e para o turismo da região do Douro. -----

PRESIDENTE DA MESA: Terminadas as intervenções, é encerrado o período antes da Ordem do Dia.-----

É aberto o período da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

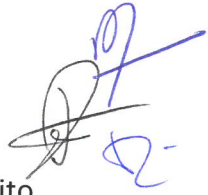
PRESIDENTE DA MESA: Introdúz o **PONTO 1 - EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09.** -----

É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos. -----

Introdúz o **PONTO 2 - PRESENTE O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA DE 2024.** -----

Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente da Mesa, permita-me, por favor, que dê um passo atrás só para dar aqui uma nota que me parece extremamente importante, que tem ainda a ver com a intervenção da Senhora Deputada Manuela Alves no período antes da ordem, quando referiu que os oito núcleos urbanos da freguesia de Vila Verde não estavam ligados à rede pública de abastecimento. É verdade que estão todos eles a ser abastecidos por nascentes. É verdade, mas foi a situação que herdámos. Não tínhamos alternativa. Estamos a desenvolvê-la agora. Como sabe, está a ser instalada uma adutora que liga a barragem de Parada do Pinhão ao Alto do



Pópulo e está, neste momento, a ser terminado o projeto que permitirá ligar as oito aldeias desta freguesia, num volume de investimento estimado em cerca de dois milhões de euros. Temos cobertura orçamental na ITI Douro, para ser lançado o concurso, assim esteja aprovada esta candidatura que vamos apresentar aos fundos comunitários, mas que têm verbas consignadas para o efeito. -----

Relativamente a este relatório de auditoria, não vou debruçar-me sobre ele por uma simples razão. Basicamente, este relatório é uma súmula do relatório de gestão que vai ser apresentado pelo nosso Diretor Financeiro mais à frente e eu deixava apenas à consideração dos Senhores Deputados, se tiverem alguma questão a colocar, aí sim responderei. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de intervenções antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Aurelina Pereira, João Cruz. -----
Dá a palavra à Senhora Deputada Aurelina Pereira. -----

AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Relativamente a este Relatório, só quero fazer aqui a menção ao ponto 10, que são as conclusões e que diz: “O presente relatório espelha com fiabilidade a situação económica e financeira do Município a 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras apresentam-se conforme os registos e documentos de suporte. Não foram identificadas situações que comprometam de forma material a fiabilidade da informação analisada sem prejuízo das recomendações constantes no ponto seguinte”. Portanto, não é preciso fazer mais nenhum acrescento. Julgo que o Senhor Presidente e o Executivo estão no bom caminho e assim é para continuar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra o Senhor Deputado João Cruz. -----

JOÃO CRUZ (PS): Costumo ler o Relatório do Auditor, mas não li todo e, portanto, nem tive a oportunidade de ver os anexos, nem eu percebo muito disso, mas gosto de me debruçar sobre o Relatório de Auditoria. A imagem que a Senhora Presidente da Junta me deu aqui, posso focar aqui - e é isso que me compete enquanto partido da oposição - uma coisa ligeiramente diferente ou até oposta. O que eu quero realçar não tem a ver com o último ponto, mas com os primeiros pontos. Tem a ver com a situação, que já se arrasta desde 2022, que é o problema da inventariação do património da Câmara. Continua a dar-nos aqui nota de não haver a inventariação toda, ou grande parte dela, dos móveis e imóveis do património da Câmara. Diz o auditor que isso pode trazer distorções graves ao Relatório de Contas e à demonstração financeira. Se percebemos os vários relatórios que o auditor tem emitido, sacode um bocadinho o capote, não é? Quer dizer, não assume 100% a realidade das demonstrações financeiras que a Câmara apresenta. -----

É obrigatório, de facto, a figura do auditor, que é independente e não tem nada a ver com a Câmara. Ratifica e valida as contas. É verdade que nesse parágrafo elas estão validadas, mas ainda há aqui constrangimentos para ele chegar a uma conclusão de que as contas estão corretas do ponto de vista financeiro. Ele refere-o aqui claramente e diz mais que aquilo que ele avalia é aquilo que lhe dão, não é aquilo que pode ser e que pode haver desvios. -----

Ele fala aqui nos relatórios últimos no Controlo Interno e já agora aproveitava para fazer duas questões muito rápidas. Tem a ver com o inventário que a Câmara não fez, porque se o inventário não for bem feito, isso vai adulterar o resultado líquido e o património líquido da Câmara, não é? O outro ponto tem a ver com o controlo interno.



Eu queria perguntar se, a nível do controlo interno, que é um controlo nas várias fases do processo, se as recomendações que ele tem feito nos últimos relatórios têm sido cumpridas e se há mecanismos de controlo para que as contas sejam minimamente fiáveis. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Deputado João Cruz, eu sempre ouvi dizer que sistemas perfeitos não existem, não é? Obviamente, tomara eu e tomáramos nós todos que estivesse tudo a 100%, para usar a sua expressão. Temos feito, como deve saber e foi bem falado aqui no Relatório de Gestão, no período do ano passado, por esta altura. Falou-se aqui no esforço que a Câmara desenvolveu no sentido de pôr em dia todo o seu património. O Senhor Deputado, com certeza, nunca ouviu falar num famoso projeto “X”, pois não? Então, depois, pedia ali ao nosso Diretor Financeiro, quando fizesse aqui a apresentação do Relatório de Gestão, que nos desse aqui a todos uma explicação, porque, com certeza, ninguém aqui nesta Assembleia faz ideia do que será o projeto “X”. O projeto “X” era uma espécie de saco - permitam-me uma expressão - que encontramos quando cá chegámos em 2013, onde estava, por exemplo, metido tudo e não estava lá nada. Ainda hoje existe, porque ainda não foi possível limpá-lo. Sabe porquê, Senhor Deputado? Porque não é possível chegar às coisas. Tal era a nuvem que não era possível penetrá-la. Fico-me com esta, mas o nosso Diretor Financeiro vai falar sobre isso. Há ainda muito património - volto a dizer - do Município que desconhecemos, a todos os níveis. Portanto, isso é um trabalho constante, progressivo, mas havemos de deixar lá, com certeza. -----

Essa recomendação quase que era inevitável que aparecesse, porque é um trabalho que tem de continuar a ser feito, relativamente à inventariação. Há aqui indicadores, como disse a nossa Presidente de Junta de Alijó e muito bem, que são inquestionáveis. Dou-lhe só dois ou três exemplos. Por exemplo, o total do ativo, que tem aqui um crescimento superior relativamente ao período homólogo, de 10 milhões de euros. Temos uma diminuição significativa do passivo, que normalmente ninguém gosta de olhar para estes números, mas eu já agora refiro-me a ele. Temos o total do património líquido, que teve um aumento superior a 11 milhões de euros. Mas dou-lhe também outros exemplos. Enquanto o resultado líquido de exercício do ano anterior, por exemplo, apresentava cerca de 440 mil euros negativos, já o ano de 2024 apresenta perto de 800 mil euros de resultado positivo. -----

É verdade que há aqui mais dois ou três parâmetros que são qualitativos, que também importa debruçarmo-nos sobre eles e que tem a ver com a autonomia financeira, por exemplo. Não sei se reparou como subiu a autonomia financeira do Município e isso diz muito da capacidade do Município de fazer frente a futuros investimentos. Temos a solvabilidade, por exemplo, que é a capacidade do Município de solver os seus compromissos de curto e médio prazo. Há ainda a liquidez total, que subiu só quase 90% pontos percentuais. Isto diz bem do trabalho que tem sido feito. Obviamente, não está tudo feito e dificilmente se conseguirá chegar a esse patamar, mas tem sido desenvolvido um grande e intenso trabalho nesse sentido. -----

PRESIDENTE DA MESA: Introduce o **PONTO 3 - PRESENTE A CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2024.** -----

Dá a palavra ao Senhor Diretor de Departamento, Luís Carvalho, que faz a apresentação em anexo. -----



PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Rui Lopes e Manuela Alves. -----

Dá a palavra o Senhor Deputado Rui Lopes. -----

RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Um dos direitos que os Deputados Municipais têm é invocar o Regimento e, assim sendo, ao abrigo do Artigo 41.º, alínea i), faço o seguinte pedido de esclarecimento à bancada do PS. Depois das observações feitas acerca da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da Casa do Douro, onde é que está ou qual é a decisão proferida pelo Tribunal Constitucional relativo ao pedido de fiscalização sucessiva e análise da constitucionalidade das leis que restaram da Casa do Douro, apresentada pela Senhora Provedora da Justiça, no dia 10 de março de 2025. Se puderem fornecer-me essa informação, eu, ignorante me confesso, não encontro essa informação e gostaria que me dessem esse esclarecimento. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra à Senhora Deputada Manuela Alves. -----

MANUELA ALVES (PS): Isto não tem, de facto, nada a ver com o ponto, mas, se me permitem, a Lei 28 de fevereiro do ano passado veio reinstitucionalizar a Casa do Douro enquanto associação pública de inscrição obrigatória. À data, sabem que o Chega votou contra, absteve-se o PSD e, de facto, foi com os votos da Esquerda que a Casa do Douro voltou a ser a Casa do Douro. Também já aqui foi dito que era uma instituição do antigo regime. Sim, mas era uma instituição tão válida e tão importante que resistiu a esse regime e que se revelou de uma enorme importância, porque só a partir do momento em que ela não teve o papel para o qual foi criada é que se começou a verificar esta crise. Esta crise que temos de assumir que está instalada e que este ano vai ser pior e vai ser agravada, porque toda a gente sabe que a Messias e outras companhias de comércio já mandaram cartas aos viticultores a dizer que recusam as suas vinhas e por telefone também outras instituições de São João da Pesqueira, que não vou aqui citar os nomes, já o fizeram. -----

Em devido tempo - e isto consta em Ata -, defendi aqui nesta Câmara que, a pedido de algumas destas empresas, designadamente a Gran Cruz, que veio aqui e que a Câmara se vergou, que nós devíamos ter contrapartidas. Eu sei que a Câmara tem de acolher as empresas e vive com este tecido empresarial, mas eu disse aqui, nessa altura, que devíamos exigir que o papel social das empresas fosse uma realidade para o Concelho. Elas têm de deixar contrapartidas e não vinham para aqui para empobrecer o território. Eu disse isso nessa altura e volto a afirmá-lo. Hoje é ainda mais permissivo, porque não podem vir aqui tentar escoar e aqui esvaziar este território e empobrecer as pessoas, porque lhes compram e lhes têm pagado as uvas a um preço miserável. -----

Relativamente à constitucionalidade, toda a gente sabe porque acompanha as notícias, que houve esse pedido para o Tribunal. Esse pedido foi feito a Provedora da Justiça e toda a gente sabe que os pareceres da Provedoria de Justiça - e temos aqui um jurista que pode confirmá-lo -, nem sequer são vinculativos. Seja como for, foi feito esse pedido. O que é que acontece? Os grandes senhores que têm a ver com a Associação de Exportadores de Vinho do Porto estão à espera que as coisas caiam e voltem à estaca zero. Neste momento, o que nos importa é que, quer esta autarquia, quer todos os partidos que vão concorrer às próximas eleições, defendam o território e que saibam o que são os pequenos e médios agricultores, por quem eu dei a cara e perdi com 71 votos com muita honra, e que sabiam que aquilo que há pouco foi



defendido aqui pelo Senhor Presidente da Câmara, que era o uso exclusivo da aguardente da região era a minha maior bandeira e continuará a sê-lo. Só depois disso é que saberemos que isto terá solução. Enquanto assim não for e se permitir que venham os mostos de Espanha a preços ridículos, quando comparados com os nossos, que nós não conseguimos equiparar-nos em termos de produção. Os nossos fatores de produção são muito mais elevados e não conseguimos pôr no mercado o mostro a esse preço. Quando entram esses mostos a 20 ou a 30 cêntimos e permitem o Governo que haja uma destilação de crise e que os destilem a 90 cêntimos sem darem um passo, sem saber ler nem escrever, ganham 60 cêntimos e é assim que se governam. As adegas são o pior exemplo que aqui temos. Há algumas adegas, como a de Freixo de Espada à Cinta e os Monte Ermos que vocês veem nas “bag in boxes”, mais a adega de Santa Marta e de Sabrosa, é assim que sobrevivem. Vamos aguardar por essa solução e eu espero que a Casa do Douro continue a ser um organismo importante para a defesa da região, porque nós sabemos que atrás disto e com esta crise vão os agricultores, vai o território e vai, se calhar, o estatuto de Património Mundial. Não vale a pena andar aqui a hastear a bandeira como o Chega e outros de “direitolas” que nada fazem por isso. -----

O parecer da Senhora Provedora da Justiça não é vinculativo e, para já, não há parecer nenhum, apenas foi pedido. Se quiserem posso fazer chegar a esta Câmara para depois divulgarem, a petição que foi feita pela Associação dos Exportadores. Apesar de eu não estar no Conselho Regional, estou dentro dos assuntos que tem feito a Comissão do Património e todas as outras, porque os senhores que concorreram comigo estão lá e têm assento. Se quiserem e tiverem interesse, eu divulgo para a Assembleia para saber o que é que tem sido feito. -----

Sobre o ponto que estamos aqui a discutir que é a Conta de Gerência, eu não apoio esta modalidade de vir cá o Dr. Luís apresentar e eu sempre defendi que devíamos ter uma Comissão de Finanças onde estariam presentes e representadas todas as forças políticas desta Assembleia. Lá discutiríamos isto e não seria uma apresentação, provavelmente, tão rápida, mas seria em detalhe, com todas as perguntas que lhe queríamos fazer em termos técnicos. Depois sim, com essas informações viríamos para aqui defendê-las ou atacá-las em termos políticos. Isso é o que eu defendi, mas dado que é este o formato que temos e que não vai ser alterado, porque nos falta mais uma reunião de junho, é perante este cenário que temos de falar. -----

Aproveito para dizer que, à semelhança do que também já tenho vindo falar sobre as outras contas de gerência, o Executivo prossegue, como é óbvio, a sua política e prossegue o caminho que traçou inicialmente. O aumento de pessoal é sempre uma constante, como sabemos. Nós assistimos a um aumento contínuo das despesas com o pessoal e, paralelamente, temos sempre também a contratação, ou seja, o fornecimento de serviços externos também a aumentar. Os funcionários que são contratados não bastam e também temos que recorrer sempre a serviços exteriores. - Permitam-me um parêntesis para dizer à Senhora Deputada Aurelina que eu não disse em parte alguma que o seu filho não podia concorrer. Aliás, como o Senhor Papa deixou bem claro, isto é para todos, todos, todos. Eu não concordo é que, à partida, há um concurso e entram sempre os da mesma ala. Essa é que é a questão. Todos podem concorrer desde que sejam elegíveis e que preencham os requisitos. Agora

entram todos na mesma ala e isso é que levanta uma questão de transparência e de critérios.-----

Depois aproveitei também para dizer ao Senhor Deputado Toni - parece que não o vejo, mas afinal está mais ali, peço desculpa - que eu não fui ao seu território agora. Aliás, já lhe disse isto lá atrás. Se bem se recorda, fui há muito tempo a Souto Escarção e outras aldeias, porque tenho lá ligações e conheço lá pessoas. Passei lá e, de facto, vi aquela escola e o abandono a que estavam votadas algumas coisas da sua terra. O Senhor também citou aí o Partido Socialista a dizer que havia uma senhora que foi - eu nem sabia que tinha havido a Malafaia - e eu fui focada há pouco sobre isto. -----
Sobre a conta de gerência, queria dizer que este aumento e aquilo que há pouco o Senhor Presidente da Câmara disse que aqueles resultados se devem também à forma como a Câmara gere os seus recursos. A verdade, Senhor Presidente, é que houve aqui um valor aproximado de dois milhões de euros. É importante reter isso. Porquê? Contrariamente ao que se diz e ao que às vezes se fala aqui de envelopes e envelopezinhos, houve um aumento do orçamento das transferências do Estado em 2024 por força do Partido Socialista. Era ele que estava na altura na governação. Portanto, receberam mais dois milhões. Como é que gastaram estes dois milhões? Eu vou discriminar e foi só estes indicadores que me cingí a apreciar. Ora, tivemos um acréscimo de 440 mil euros em despesas como pessoal, 322 em fornecimento de serviços externos e 66 mil em consumo. Efetivamente, temos um resultado positivo de um milhão e 200 mil euros, ou seja, enquanto no ano passado tivemos um resultado negativo de 423 mil, este ano temos um resultado positivo de 778 mil, como foi apresentado pelo Dr. Luís. Isto decorre, de facto, desta transferência. -----
As contas não escamoteiam esta realidade e isto foi o que nos foi aqui apresentado. Portanto, a Câmara apresenta um saldo disponível de seis milhões e 100 mil euros, sendo que tem de custos financeiros - porque tem juros a pagar, como aqui foi apresentado - de 405 mil euros. Porquê? Estes custos têm a ver com as dívidas, porque têm um empréstimo de oito milhões e 200 mil, de longo prazo, e têm um empréstimo de 550 mil euros, de curto prazo. É esta a gestão que a Câmara tem de fazer, sendo que não pode escamotear que este valor que passou de negativo a positivo - de 778 mil, como eu disse - se deve a um acréscimo do valor das transferências do Estado.-----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Permitam-me dar um passo atrás para voltar a uma questão que foi levantada aqui no período antes da ordem e, relativamente à qual, posso não ter sido suficientemente claro e esclarecedor na minha resposta. Tem a ver, uma vez mais, com a questão colocada pela Senhora Deputada Manuela Alves, relativamente a um funcionário da Câmara, que lhe terá chegado ao conhecimento e que foi até objeto da publicação naquele pasquim que falámos aqui no início, que o funcionário dará faltas. Não podemos confundir faltas ao serviço com licenças sem vencimento. É verdade que esse funcionário tem vindo, nos últimos dois a três anos, se a memória não me falha, a requerer cerca de um mês de licença sem vencimento e eu tenho anuído. Portanto, tem sido devidamente autorizado. Isso não são faltas. Não acredito que o funcionário dê faltas ao serviço, até porque ele está sujeito a picar e essa gestão terá que ser feita. Posso não ter sido bem claro, mas quero que não fiquem dúvidas absolutamente nenhuma no ar de que estou a pactuar com faltas ao



serviço. Estou, sim, a autorizar licenças sem vencimento, por período curto, que ele tem requerido e eu tenho autorizado, além da acumulação de funções, que já aqui expliquei.-----

Relativamente à conta de gerência, o dinheiro não vem consignado, neste caso concreto, mas acho curiosa essa analogia que a Senhora Deputada faz e que quer levar avante. Quer demonstrar a este auditório de que o resultado positivo líquido, de 788 mil euros, não é resultado de uma boa gestão camarária, mas sim por fruto do aumento das transferências do Orçamento de Estado. Senhora Deputada, valha-nos Deus.-----

Estamos a debruçar-nos sobre coisinhas pequeninas, que não é disso que se trata, efetivamente. Um relatório de gestão são números macro que importa analisar. Por acaso, o Orçamento de 2024 era um orçamento que o Governo herdou do anterior Governo PS e governou com ele. Mas o que é que isso tem a ver com o nosso resultado? Diga-me lá. São só essas as transferências do Orçamento de Estado que vêm para o Município de Alijó? Não são. Aliás, o Município de Alijó, como qualquer outro município, tem direito às suas transferências, de aumento ou diminuição. Com certeza, no próximo ano, vamos ter uma diminuição, porque é assim que varia, efetivamente. Estes aumentos não são consolidados para ficar para o futuro. Já foi aqui mais do que uma vez falado que eles variam e tanto aumentam como descem. Eventualmente, no próximo Orçamento de Estado, podemos sofrer e tem muito a ver com a questão do IVA, a nível nacional. Podemos não ser bafejados com essa sorte. Mas quis o destino que o Orçamento que veio beneficiar o Município de Alijó tivesse sido apresentado pelo Partido Socialista. Nem estou a desmentir, obviamente. Mas não percebo, ou melhor, percebo o sentido de oportunidade da Senhora Deputada----

PRESIDENTE DA MESA: Autoriza a apresentação de um pedido de esclarecimento à Mesa. Dá a palavra o Senhor Deputado Rui Lopes.-----

RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): O pedido de esclarecimento prende-se com a ocupação dos lugares por parte do Executivo Municipal e dos Deputados Municipais. Não querendo ser repetitivo, já na última ou penúltima Assembleia, perguntei qual é o lugar destinado aos Deputados Municipais e ao Executivo Municipal, Presidente de Câmara e Vereadores.-----

PRESIDENTE DA MESA: Acho que já fui claro, creio que na última sessão. Do lado direito, temos a Coligação Afirmar a Nossa Terra, do lado esquerdo, o Partido Socialista, e os Senhores Vereadores na fila da frente.-----

Coloca a votação o **PONTO 3 - PRESENTE A CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO ECONÓMICO DE 2024**, tendo sido aprovado, por maioria, com 6 abstenções e 18 votos a favor, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, sendo que os votos foram assim distribuídos:-----

A favor:-----

Bancada da Coligação PPD/PSD.CDS-PP (18).-----

Abstenção:-----

Bancada do Partido Socialista (6): Alípio de Almeida Alves, Ana Isabel do Carmo Sequeira Carvalho, João Carlos da Cruz, Bruno Pinto Lopes, Maria Manuela Afonso Lourenço Alves e António Joaquim Fernandes.-----



Introduz o **PONTO 4 - PRESENTE INFORMAÇÃO REFERENTE À 14.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – MODIFICATIVA.** -----

Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta proposta, apesar de modificativa, não consubstancia a criação de projeto nenhum novo. Trata-se apenas de reprogramar o investimento que o Município vai lançar através de um concurso público desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal de Douro, que tem a ver com a concessão de carreiras públicas para o período até 2029. Houve essa necessidade por indicação da Comunidade Municipal de que as verbas fossem reprogramadas. Portanto, está dentro da minha competência, uma vez que, apesar de ser modificativa, não altera os valores orçamentais. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos. -----

Introduz o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO REFERENTE À 15.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – MODIFICATIVA.** -----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta proposta sim, consubstancia uma verdadeira alteração orçamental modificativa, porque trata-se da inclusão de um projeto novo, que consiste numa candidatura que o Município de Alijó, juntamente com o município de Sabrosa e o Município de Vila Real, através do Regia Douro Parque, apresentou a fundos comunitários e que se chama Centro de Empreendedorismo de Impacto. É uma candidatura conjunta que viu luz, finalmente, sobre a sua decisão e foi aprovada. Optámos por não incluir nos Documentos Previsionais para 2025, porque não tínhamos a certeza, mas temos agora a certeza que vai e está a ser executada, daí a sua inclusão nos Documentos para 2025, 2026 e 2027. É uma candidatura por três anos e representará um encargo para o Município de Alijó, ao longo desses três anos, de cerca de 45 mil euros, ou seja, cerca de 15 mil euros por ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos. -----

Coloca a votação o **PONTO 5 - PRESENTE INFORMAÇÃO REFERENTE À 15.ª ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – MODIFICATIVA**, tendo sido aprovada, por unanimidade, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual. -----

Introduz o **PONTO 6 - PRESENTE INFORMAÇÃO PROPONDO A APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE FAVAIOS E SANFINS DO DOURO E DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU).** -----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: A proposta que aqui trazemos consiste na apreciação para aprovação de um projeto que o Município lançou já no ano passado, que tem a ver com o desenvolvimento de duas ARU, que são áreas de regeneração urbana, nas vilas de Favaios e de Sanfins do Douro, nos dois núcleos urbanos. Isto tem a ver com a utilização de fundos comunitários deste quadro comunitário que agora iniciou, no âmbito da reabilitação urbana. À semelhança do que aconteceu no quadro comunitário anterior, em que os fundos comunitários foram aplicados, sobretudo, em Alijó e no Pinhão, onde houve necessidade também de desenvolver essas duas ARU, que continuam. Desta vez, desenvolvemos esses estudos para Sanfins e Favaios. É uma condição obrigatória para que os fundos de reabilitação urbana, de espaço

público e edificado público - e não só, também privado -, possam ser aplicados. Portanto, foi uma empresa que desenvolveu o estudo, aliás, foi a mesma empresa que nos desenvolveu o estudo para as ARU anteriores de Alijó e do Pinhão. Com certeza, os Senhores Deputados tiveram a oportunidade de apreciar. Está aqui vertido um estudo bastante pormenorizado, desde a economia, a população, as dinâmicas económicas e sociais, e a caracterização de cada uma das freguesias. Está proposto um quadro de investimentos que estão já previstos e contemplados com verbas consignadas neste quadro comunitário que agora iniciou, como disse. -----

Aproveito para esclarecer que, há dias, uma pessoa aqui da nossa praça teve a oportunidade de vir às redes sociais pronunciar-se sobre a ARU de Sanfins para apelar à reabilitação da antiga residência paroquial de Sanfins de Douro que nem sequer constava do plano específico que esta ARU transpõe. É mentira, como puderam com certeza apreciar. Está aqui completamente escarrapachado. Não está é com a designação de residência paroquial, mas com a designação de centro interpretativo cuja designação não me recorde agora totalmente. Aliás, as verbas que aqui estão alocadas são cerca de 900 e qualquer coisa mil euros. Entretanto já conseguimos duplicar esta verba para quase dois milhões de euros. -----

Portanto, estão aqui previstas as ações a desenvolver. Estes são os núcleos urbanos no âmbito da reabilitação urbana, como disse, e os quadros de investimento, bem como um quadro com os benefícios fiscais para os privados que queiram reabilitar o seu património edificado dentro deste núcleo urbano consolidado, que é a ARU. Está aqui tudo previsto desde o IVA nas empreitadas, as isenções no IRS, as isenções durante os três primeiros anos em matéria de IMI, em matéria de IMT. Foi objeto de consulta pública e, portanto, propõe-se agora a apreciação e a votação nesta Assembleia. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, tendo-se inscrito o Senhor Deputado António Fernandes. -----

Dá a palavra o Senhor Deputado António Fernandes. -----

ANTÓNIO FERNANDES (PS): Só posso aplaudir a iniciativa, só que se me oferece também fazer alguns considerandos sobre esta questão. Claro que é sempre bom recuperarmos o património abandonado, não é só nas vilas. Também nas aldeias, a gente vê muito património e muitas casas devolutas a cair e até pôr em perigo as pessoas que circulam nas vias públicas. Aproveito também para dizer que seria bom esta Câmara e este Executivo ter algum cuidado com isso, porque qualquer dia vai haver um problema grave ou algum acidente. Pode cair uma telha, já nem digo pedras, na cabeça de uma pessoa, o que é uma situação desagradável. Portanto, até só por isso, vale a pena recuperar. Por exemplo, na minha freguesia temos, à medida do que podemos, suprimindo essas necessidades. Chamava a atenção, e aproveitando esta oportunidade, para que houvesse mais algum empenhamento disso. -----

Também acho que é pertinente perguntar, sem ter nada contra Favaios ou Sanfins, qual foi o critério utilizado. Porquê Favaios e Sanfins? A coesão não tem barreiras, não é só aqui ou ali. Gostava de ser esclarecido sobre isso. Dado os inconvenientes que todos nós sabemos que as obras provocam, seja na habitação, seja na via pública, seja onde for, parece-me que o tempo que é bastante dilatado. Se fosse em menos tempo, criava menos impacto e menos problemas às pessoas que lá habitam, porque as pessoas não vão deixar de habitar ali e não vão deixar de circular ali. Na minha

opinião, acho que era pertinente que as obras fossem realizadas, mas num curto espaço de tempo, que não criasse tantos inconvenientes. A bonificação também é importante, porque no tempo de hoje, sem bonificação, não era possível fazê-lo. Também me parece curto, porque a bonificação vai ser, daquilo que li, durante quatro ou cinco anos, sendo para habitação quatro ou cinco anos passam rápido. As pessoas fazem ali o seu investimento e penso que o incentivo não será tão atrativo como aquilo que seria desejável. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Estava a ouvir ali a falar em coesão. Podíamos levar a coisa para esse campo, mas acho que não faz sentido. De facto, o ideal é que estivesse todo o território, mas é preciso perceber o espírito que presidiu a elaboração dos regulamentos comunitários que permitem enquadrar este tipo de investimentos. É preciso ver que tudo quanto sejam verbas para a reabilitação urbana tem como condição obrigatória que seja um meio predominantemente urbano. Isso implica critérios de população, número de fogos e outros. Lamentavelmente, se quisermos contemplar uma pequena aldeia com verbas comunitárias para a reabilitação urbana, não é possível. -----

Sendo certo que o orçamento municipal não depende só dos fundos comunitários e tem outro tipo de receitas, acho que o Município consegue fazer frente e temos de aproveitar os fundos comunitários. Temos de fazer um esforço para não deixar escapar um cêntimo que seja. Se é verdade que eles vêm direcionados para um determinado meio urbano, nós temos de ir atrás, obviamente, e temos de desenvolver planos de aplicação desses fundos o mais justos possível. Sendo certo que noutras áreas do nosso Conselho, designadamente em núcleos urbanos de menor dimensão e aldeias, o município conseguirá - e será esse o caminho que vamos seguir - fazer frente aos investimentos, como estamos a fazer neste momento. -----

Falou-se aqui há um bocadinho na Freguesia de Vila Verde e nas escolas primárias. Por exemplo, já temos os projetos prontos e candidatura apresentada para a reabilitação de três antigas escolas primárias, designadamente Fundões, Souto Escarão e Perafita. Foi possível desenhar um projeto, no âmbito dos bioterritórios, para aqueles núcleos que englobassem estas três aldeias. Tudo isto é muito condicionado, mas temos outros investimentos. Aliás, julgo que é de conhecimento dos Senhores Deputados a programação para a aplicação dos fundos comunitários para este quadro, que agora iniciou. Poderei fazer-lhes chegar, caso ainda não seja do vosso conhecimento, mas julgo que já é. Há uma série de medidas que estão elencadas e os investimentos que estão alocados a essas medidas de investimento. Poderão ver que não é só nestas duas vilas que estão em causa que há investimentos participados com fundos comunitários. Em matéria da reabilitação urbana, é só nestas duas vilas e também em Alijó e no Pinhão. Mas há outros investimentos prioritários, alocados através de outras medidas, que contemplam uma série de investimentos pulverizados - permitam-me a expressão - um pouco por todo o território do Concelho de Alijó. Dei aqui o exemplo de Vila Verde, mas podia dar outros. Por exemplo, o Santuário da Senhora de Boa Morte, onde o Município vai desenvolver um projeto que ultrapassa os 700 mil euros, um orçamento estimado que também já foi candidatado para uma infraestrutura que será um mercado de produtos de montanha. -----



PRESIDENTE DA MESA: Coloca a votação o **PONTO 6- PRESENTE INFORMAÇÃO PROPONDO A APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DE FAVAIOS E SANFINS DO DOURO E DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU)**, tendo sido aprovada, por unanimidade, em conformidade como n.º 1 do art.º 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. -----

Introduz o **PONTO 7 - PRESENTE INFORMAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO INTERNACIONAL PARA CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS A SER PROMOVIDO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO (CIMDOURO)**. -----

Dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Apreciou-se aqui há pouco uma alteração orçamental que visava a reprogramação deste investimento. É um concurso público a ser lançado até 2029, para produzir efeitos de 2025 a 2029, a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal enquanto autoridade de transportes, com delegação do Município. Como sabem, o Município de Alijó delegou na CIM Douro esta incumbência. Representará, no final, um investimento muito próximo dos dois milhões de euros só para o Município de Alijó e tem como finalidade, obviamente, assegurar o transporte público de passageiros. Sendo um investimento plurianual, requer a intervenção e aprovação da Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA MESA: É aberto o período de inscrições, não havendo inscritos. ----- Coloca a votação o **PONTO 7 - PRESENTE INFORMAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO INTERNACIONAL PARA CONTRATUALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS A SER PROMOVIDO PELA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO (CIMDOURO)**, tendo sido aprovado, por unanimidade, o compromisso e encargo plurianual referentes às despesas apresentadas, em cumprimento do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 06/06 e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, todos na redação atual. -----


PRESIDENTE DA MESA: Depois de terminadas às intervenções, foi lida a Ata em minuta e colocada à aprovação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade. Foram dados por terminados os trabalhos. ----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão ordinária do dia 30 de abril de 2025. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA** -----

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 27/06/2025, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

A MESA


PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024




DCG - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024



SNC-AP

- 01 Demonstrações Financeiras
- 02 Demonstrações Orçamentais
- 03 Outros Documentos



Recursos Humanos

Organização do Município

- 01 Assembleia Municipal
- 02 Câmara Municipal
- 03 Recursos Humanos

Recursos Humanos



Demonstrações Financeiras

- 01 Balanço (BLC)
- 02 Demonstração de Resultados (DR)
- 03 Demonstração Alterações Património Líquido (DAPL)
- 04 Demonstração Fluxos de Caixa (DFC)
- 05 Anexos

Demonstrações Financeiras

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

	Capital	Total Pat. Líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	13 627 045,91 €	38 886 103,09 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		2 871 809,45 €
Transferências e subsídios de capital		2 850 620,57 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		21 188,88 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)		778 077,74 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		3 649 887,19 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)	3 043 186,41 €	6 497 160,83 €
Outras operações	3 043 186,41 €	6 497 160,83 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	16 670 232,32 €	49 033 151,11 €



Demonstrações Financeiras

RUBRICAS (BLC)	Datas		Varição
	2024	2023	%
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	52 768 331,28	44 536 177,66	18,48%
Ativos intangíveis	60 195,58	57 410,70	4,85%
Participações financeiros	598 925,50	598 925,50	0,00%
Cientes, contribuintes e utentes	26 385,68	30 849,96	-14,47%
Outros ativos financeiros	7 231,00	7 450,40	-2,94%
	53 461 069,04	45 231 513,35	18,19%

Demonstrações Financeiras

RUBRICAS (BLC)	Datas		Varição
	2024	2023	%
Ativo corrente			
Inventários	186 297,53	138 043,05	34,96%
Devedores por transf. e sub. não reembolsáveis	141 812,84	683 855,35	-79,26%
Cientes, contribuintes e utentes	144 638,20	120 899,02	19,64%
Estado e outros entes públicos	163 204,81	150 272,82	8,61%
Outras contas a receber	1 520 890,19	1 173 987,98	29,55%
Diferimentos	1 586,81	826,16	92,07%
Caixa e depósitos	7 320 002,25	5 488 741,45	33,36%
	9 478 432,63	7 756 625,83	22,20%

Demonstrações Financeiras

(BLC)	2024	2023
TOTAL DO ATIVO	62 939 501,67€	52 988 139,18€

Demonstrações Financeiras



RUBRICAS (BLC)	Datas		Variação
	2024	2023	%
Património/Capital	16 670 232,32	13 627 045,91	22,33%
Reservas	1 793 753,04	1 793 753,04	0,00%
Resultados transitados	7 224 606,74	7 095 063,40	1,83%
Outras variações no património líquido	22 566 481,27	16 793 374,67	34,38%
Resultado líquido do período	778 077,74	-423 133,93	283,88%
Total do Património Líquido	49 033 151,11	38 886 103,09	26,09%

Demonstrações Financeiras

RUBRICAS (BLC)	Datas		Variação
	2024	2023	%
Provisões	2 129 778,59	2 129 778,59	0,00%
Financiamentos obtidos	8 244 782,22	8 066 087,23	2,22%
Total do Passivo não corrente	10 374 560,81	10 195 865,82	1,75%

Demonstrações Financeiras

RUBRICAS (BLC)	Datas		Variação
	2024	2023	%
Credores por transf.e sub. não reemb.	0	790	-100,00%
Fornecedores	212 687,85	58 971,14	260,66%
Estado e outros entes públicos	47 758,16	47 876,21	-0,25%
Financiamentos obtidos	555 099,40	530 757,25	4,59%
Fornecedores de investimentos	62 698,22	21 953,42	185,60%
Outras contas a pagar	2 508 879,56	2 561 966,90	-2,07%
Diferimentos	144 666,56	683 855,35	-78,85%
Total do Passivo corrente	3 531 789,75	3 906 170,27	-9,58%

Demonstrações Financeiras

(BLC)	2024	2023
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	49 033 151,11€	38 886 103,09€
TOTAL DO PASSIVO	13 906 350,56€	14 102 036,09€

Demonstrações Financeiras

Rácios	2023	2024
Autonomia Financeira	73,39%	77,91%
Património Líquido/ Ativo		
Solvabilidade	275,75%	352,60%
Património Líquido/ Passivo		
Endividamento	26,61%	22,09%
Passivo/Ativo		
Estrutura Endividamento	27,70%	25,40%
Passivo Corrente/Passivo		
Liquidez Geral	198,57%	268,37%
Ativo Corrente/Passivo Corrente		

Demonstrações Financeiras

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Res. antes de dep. e gastos de financ.	4 058 714,72	2 332 604,91
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 879 970,02	-2 434 754,03
Imparidade de invest. dep/amort. (perdas/reversões)		
Res. antes de dep. e gastos de financiamento	1 178 744,70	-102 149,12
Juros e rendimentos similares obtidos	5 075,09	10 054,58
Juros e gastos similares suportados	-405 742,05	-331 039,39
Resultados antes de impostos	778 077,74	-423 133,93
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	778 077,74	-423 133,93

Aplicação de Resultados

Apresenta-se a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Resultado Líquido do Período: € 778 077,74

Transferência para a conta de Resultados Transitados.

Contabilidade de Gestão

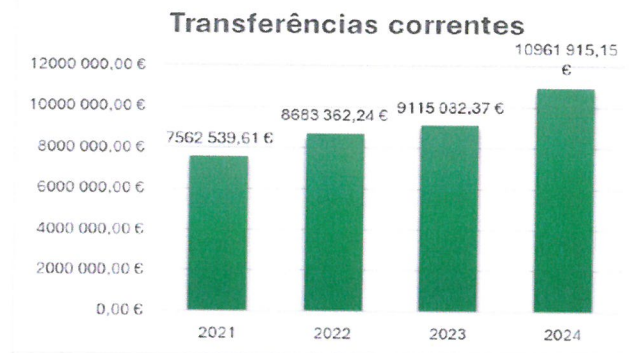
Grupos	Designação	Gastos	Gastos (em %)	Rendimentos	Rendimentos (em %)	Resultado
92	Rendimentos	-53 562,60 €	0,34%	14 887 063,11 €	89,63%	14 833 500,51 €
94	Custos por Ativ.	-15 237 434,93 €	96,25%	1 581 398,40 €	9,52%	-13 656 036,53 €
941	Ativ. Principais	-11 322 895,11 €	71,52%	2 422 274,04 €	14,58%	-8 900 621,07 €
942	Ativ. Auxiliares	-3 914 539,82 €	24,73%	-840 875,64 €	-5,06%	-4 755 415,46 €
99	MVE	-539 767,25 €	3,41%	140 381,01 €	0,85%	-399 386,24 €
991	M	-65 817,74 €	0,42%	15 149,20 €	0,09%	-50 668,54 €
992	V	-464 305,39 €	2,93%	125 231,81 €	0,75%	-339 073,58 €
993	E	-9 644,12 €	0,06%	- €	0,00%	-9 644,12 €
Total		-15 830 764,78 €	100%	16 608 842,52 €	100%	778 077,74 €

Demonstrações Financeiras

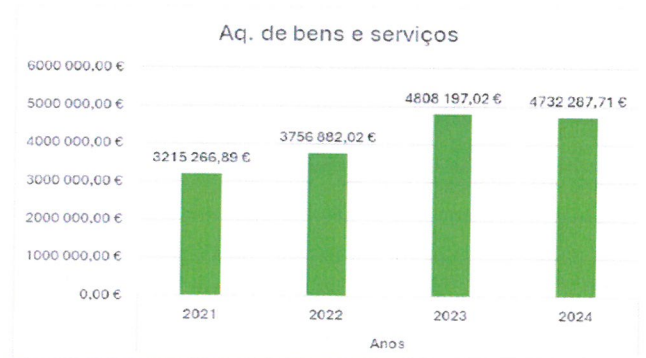
RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	2 055 148,97	1 891 785,70
Vendas	446 158,50	451 764,79
Prestações de serviços e concessões	1 389 449,36	1 406 116,25
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 587 712,41	9 556 368,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum	-610 402,63	-544 265,88
Fornecimentos e serviços externos	-4 433 396,05	-4 111 687,33
Gastos com pessoal	-5 919 327,05	-5 470 976,23
Transferências e subsídios concedidos	-1 420 955,52	-1 419 646,67
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-9 712,79	-40 698,89
Imparidade de inv. não dep./amort. (perdas/reversões)	0	877,6
Aumentos/reduções de justo valor	-219,4	438,8
Outros rendimentos e ganhos	1 125 298,19	900 240,11
Outros gastos e perdas	-151 039,27	-287 712,16



Demonstrações Orçamentais



Demonstrações Orçamentais



Demonstrações Orçamentais

Despesa Paga	Anos			
	2021	2022	2023	2024
TOTAL - Despesa DE CAPITAL	6 471 210,60 €	5 477 208,10 €	6 298 913,37 €	4 111 742,08 €
Aq. de bens de inv.	5 335 921,01 €	4 455 925,76 €	5 296 771,85 €	3 209 409,26 €
Transf. e sub. de capital	329 874,17 €	338 786,26 €	465 247,86 €	368 266,55 €
Ativos financeiros	9 969,89 €	0,00€	0,00€	0,00€
Passivos financeiros	795 445,53 €	682 496,08 €	536 893,66 €	534 066,27 €

Demonstrações Financeiras

EXECUÇÃO	2024
PAM	6 727 568,95€
PPI	3 209 409,26€

Dividas em atraso/Equilíbrio Corrente

Designação	
Despesas correntes	
Despesas de pessoal	
Remunerações	
Abonos variáveis ou eventuais	
Aquisições de bens e serviços	
Aquisições de bens e serviços	
Despesas de capital	
Aquisições de bens de capital	
Aquisições de bens de capital	
TOTAL	

Demonstração	
Receita Corrente Cobrada	14 826 185,84 €
Despesa Corrente	12 359 669,11 €
Saldo Corrente	2 466 516,73 €
Amortizações Médias	827 498,52 €
Margem Disponível	1 639 018,21 €

**OBRIGADO A TODOS
PELA VOSSA ATENÇÃO!**

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024